

## Apresentação das traduções

Vitor Sartori<sup>1</sup>

O presente dossiê conta com três traduções de textos de Engels, bastante representativas de sua obra. Podemos dizê-lo tanto ao analisar a dimensão formal da apresentação de nosso autor quanto ao olhar para os conteúdos tratados.

*Esboço para uma crítica da economia política (1844)*, “O declínio do feudalismo e a ascensão da burguesia” (1884) e “*O Livro de apocalipse*” (1883) expressam tanto temáticas típicas de Engels quanto trazem à tona peculiaridades de seu modo de exposição. Sobre este último assunto, inclusive, é possível analisar a evolução da questão no principal interlocutor de Marx: enquanto, no texto de 1844, traz diversas temáticas em sua relação imanente, isto não se dá plenamente nos textos da década de 1880.

Em sua análise da economia política, seu texto “de juventude” correlaciona teologia, religião, filosofia, economia e o desenvolvimento do capitalismo, de modo a tentar explicitar o movimento histórico do presente, ao mesmo tempo em que procura realizar uma crítica imanente de autores como Smith, Day, Malthus e Ricardo. Ou seja, o autor, imbuído de uma linguagem bastante próxima da terminologia hegeliana (a noção de eticidade, por exemplo, é central no texto), traz uma crítica ao comércio, à legitimidade da propriedade privada, ao liberalismo e à divisão do trabalho. Ao mesmo tempo, já se nota uma importante referência a Feuerbach, referência esta que ocorre de modo bastante *sui generis*: ao abordar as categorias de valor e de preço, por exemplo, Engels procura demonstrar como a questão aparece de cabeça para baixo na economia. E acrescenta que, sobre o assunto, pode-se consultar o autor d’*A essência do cristianismo*. A referência é peculiar pois, embora em Feuerbach esteja presente a crítica à inversão hegeliana entre sujeito e predicado a que Engels parece estar fazendo referência, não há no mencionado autor um tratamento da economia política, ou mesmo da atividade humana sensível em seu desenvolvimento essencialmente histórico. Ou seja, tem-se categorias típicas do pensamento hegeliano com bastante destaque (eticidade, reconciliação, oposição, contradição, por exemplo), categorias utilizadas por Feuerbach aparecem também (a noção de gênero, bem como sua correlação com a natureza), mas o modo pelo qual elas se correlacionam não torna Engels simplesmente hegeliano, feuerbachiano<sup>2</sup> ou qualquer outra coisa. No mencionado texto, o pensamento

---

<sup>1</sup> Doutor pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Autor de *Ontologia nos extremos: o embate Heidegger e Lukács, uma introdução* (Intermeios, 2019). Coeditor da *Verinotio*. E-mail: vitorbsartori@gmail.com. Revisão ortográfico-gramatical de Vânia Noeli Ferreira de Assunção e Ester Vaisman.

<sup>2</sup> Não obstante nosso autor dizer, em *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, que, por determinado período, teria sido, juntamente com seus companheiros de debate, feuerbachiano.

engelsiano, não obstante com referências a outros pensadores em momentos centrais, coloca-se sobre os próprios pés. E, assim, o resultado é algo que não pode ser rotulado apressadamente.

Em verdade, dá-se o oposto: há a necessidade da compreensão das determinações do próprio pensamento de Friedrich Engels. Sobre este ponto, deve-se destacar que a importância do questionamento substancial da propriedade privada, esta última vista a partir de uma crítica a categorias como renda, juro, lucro – categorias típicas da economia política –, explicita-se neste texto. E nele há de se perceber como a lida com os interesses materiais antagônicos, bem como com as contradições da moderna sociedade civil-burguesa, leva nosso autor à crítica à economia política e à sua base. Ou seja, Engels traz uma temática nova, e que será desenvolvida com todo o cuidado por Marx posteriormente; por mais que empregue categorias que aparecem em outros autores de sua época, a conformação de seu pensamento já depende da posição crítica quanto à economia política e à sociedade capitalista, sendo necessário compreender como isto se dá efetivamente.

Sua exposição, dessa maneira, expressa uma linguagem tipicamente “filosófica” em categorias como eticidade e oposição; porém, isto ocorre ao trazer à tona categorias “econômicas” e “políticas”, que usualmente não estariam correlacionadas. O pensamento engelsiano, então, não pode aceitar um tratamento simplesmente temático de algo tão importante como a realidade efetiva de sua época. E, com isto, ele traz uma exposição imanente da realidade, em que a tônica é o questionamento teórico e prático das oposições aceitas pela economia política. Na base das coisas está aquela oposição entre o natural e o humano, mas, em um nível mais imediato, a oposição entre o interesse geral e o individual é central ao autor. Tendo tais oposições como um pressuposto, a economia política naturaliza o momento presente e vem a tomar como ponto de partida teórico oposições que já estão reconciliadas na própria realidade, como aquela entre a concorrência e o monopólio (Engels tenta mostrar que a primeira, em verdade, é efetiva na segunda); oferta e demanda também figuram como oposições que se resolvem não na harmonia social, mas nas crises e naquilo que nosso autor chama de antieticidade, ou seja, a dissolução e desagregação das relações sociais que vigem na sociedade moderna, em meio ao comércio, à concorrência e à crise tendencialmente universal.

A antieticidade, dessa maneira, explicita-se em certa desumanidade, em que os homens são atomizados e destituídos de consciência genérica<sup>3</sup>. As contraposições entre os indivíduos, assim, teriam uma forma essencialmente social na moderna sociedade civil-burguesa. E a exposição de nosso autor traz essa temática à tona em seu “genial esboço”, que, tendo criticado a naturalização de tal condição, foi mencionado de modo elogioso por Marx em diversas ocasiões, até o final da vida do autor de *O capital*.

---

<sup>3</sup> Aqui não podemos tratar do tema, mas há de se perceber que ele, bem como muitos outros do *Esboço* de Engels, serão retomados nos *Manuscritos econômico-filosóficos* escritos por Marx em 1844.

Sobre este tema – as oposições que marcam a sociedade civil-burguesa –, ainda há de se dizer que Engels faz referências à resolução da questão por Fourier. E, deste modo, notamos que há um forte embate do autor com a economia política, com o pensamento francês e com a filosofia clássica alemã. Mas, de modo algum há como traçar uma espécie de “amálgama originário” (Chasin) que daria origem a seu pensamento.

Como procuramos destacar, as determinações do texto do autor do *Esboço* são *sui generis* e precisam ser vistas com o devido cuidado e, inclusive, considerando-se a diferença específica do pensamento de Engels e de Marx. Acreditamos que a tradução que o leitor tem a seu dispor aqui pode propiciar uma análise comparativa entre o colocado pelos dois autores na mesma época. Comparar os *Manuscritos de 1844* com o *Esboço para uma crítica da economia política* é uma tarefa relevante para aqueles que pretendem uma apreensão cuidadosa das obras destes dois importantes autores.

Se, como tarefa prévia ao renascimento do marxismo (Lukács), é necessária a compreensão dos textos do próprio Marx, há de se perceber que a diferença específica entre ele e Engels ainda precisa ser vista com cuidado. A presente tradução é um elemento importante da análise da especificidade do pensamento engelsiana, a qual ainda está em curso.

A crítica engelsiana à economia política, deste modo, coloca-se tanto diante de figuras do pensamento marcadas por oposições irreconciliáveis (que estão presentes na economia política) quanto frente ao fundamento último destas oposições, a premente necessidade da reconciliação – categoria esta também central à filosofia clássica alemã – da humanidade consigo mesma e com a natureza. E, assim, trata-se de um texto curto, mas muito denso e que precisa ser estudado com cuidado. Nele, as diversas temáticas que marcam a correlação entre família, sociedade civil-burguesa e estado – esferas estas que compõem a eticidade – aparecem correlacionadas à crítica da economia política. O efeito da prática e da teoria dos economistas, assim, seria dúplice: ocasionaria a dissolução das relações presentes e a atomização dos indivíduos, de um lado, ao mesmo tempo em que traria consigo o processo que poderia levar à superação do estado presente. A reconciliação das oposições basilares à antieticidade do presente estaria na supressão da sociedade atual. Tal dialética é de grande relevo ao pensamento do autor do *Esboço*.

A centralidade da noção de oposição é patente no texto de Engels, autor que anseia pela reconciliação das categorias contrapostas na realidade efetiva; isto, porém, somente seria possível com a superação da própria sociedade capitalista.

Deve-se apontar, porém, que, por vezes, a ânsia por superar as oposições que são reconhecidas pela economia política como fundamento da sociabilidade leva Engels a buscar um ponto de vista que se eleve acima das oposições desta sociedade, o que, é claro, somente poderia ser conseguido por meio da atividade prática. No texto, porém, não obstante remeta à necessidade de um posicionamento correto, não pode nosso autor tratar do tema com os devidos

cuidado e aprofundamento. Isto é compreensível quando se tem em conta que o pensamento do nosso autor está em formação – embora já esteja sobre os próprios pés. Ou seja, o ponto de vista de Engels, bem como seu posicionamento, ainda teria muito a se desenvolver. Tal qual ocorre com os textos de Marx de 1843-44, há um posicionamento teórico que será mantido durante toda a obra, porém, nunca se pode reduzir a *opus* dos autores àquilo que aparece de modo primevo e inicial.

No presente texto já se apresenta o início de uma crítica aos socialistas que, posteriormente, no *Anti-Dühring* e no *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, seriam chamados de utópicos. Não obstante nosso autor elogiar os socialistas ingleses e franceses em alguns momentos, utilizando-se de suas análises – e mesmo tendo Fourier por referência, ao dizer que a concorrência pode ser suprimida, mas não a rivalidade baseada na natureza humana –, há de se perceber que, tal como no caso das categorias da filosofia clássica alemã, há um uso *sui generis* destes autores. A noção de natureza humana de Fourier, correlacionada à de gênero humano de Feuerbach, começa a adquirir um tratamento essencialmente histórico em Engels, diferenciando-se dos autores aos quais tais categorias fazem referência. Ao mesmo tempo em que os usos de tais categorias apontam para a degradação moral causada pela concorrência, bem como à antieticidade, as correlações colocadas na família, na sociedade civil-burguesa e no estado é que deveriam ser enfocadas. Engels, assim, critica a economia política não tanto do ponto de vista dos socialistas ingleses e franceses, mas a partir de uma posição e de um posicionamento que ainda desenvolveria com mais cuidado no futuro e que conforma a tomada de partido típica do comunista. Vemos, assim, um texto extremamente complexo, em que a imanência da própria realidade aparece entrelaçada na exposição.

Há, assim, um aspecto dúplice e que diz respeito à correlação entre pesquisa e exposição: no “genial esboço”, ao mesmo tempo em que a indissociabilidade das diversas dimensões da realidade efetiva não é perdida, o conjunto de temas e de autores tratados nem sempre deixa fácil e plenamente explícitas as bases da posição do próprio Engels. Daí diversos intérpretes buscarem aproximar Engels e Marx de outros autores nos textos de 1843-44. Porém, ao se analisar o pensamento nascente de importantes autores, isto somente pode levar a aproximações equívocas e apressadas.

Deste modo, a gênese, a estrutura e a função social das obras engelsianas da época ainda precisam ser analisadas com mais cuidado. Assim como é importante estudar os textos de Marx de 1843, bem como os manuscritos marxianos de 1844, deve-se buscar apreender as determinações do *Esboço para uma crítica da economia política*. Sem isso, a própria gênese do pensamento de um importante autor é reduzida a um etiquetamento estéril, em que ele aparece como hegeliano, feuerbachiano, humanista etc., mas nunca com suas próprias características constitutivas. As dificuldades da exposição engelsiana são perceptíveis e, de certo modo e até certo ponto, explicam tal fenômeno. Mas não justificam a ausência de cuidado na busca do ser-propriadamente-assim do texto do

próprio Engels. Por mais que seja interessante traçar aproximações entre diferentes autores, não há compreensão das formações ideais e de suas determinações sem que se perceba a diferença específica entre eles e o que faz com que cada autor seja, em certa medida, único.

Já nos textos posteriores a exposição engelsiana é muito mais sistemática que imanente. Isto significa que, mesmo sabendo que há relações importantes entre os objetos de que trata, o autor deliberadamente explicita as determinações daquilo que aborda quase de modo temático e em função da ocasião do texto: se antes Engels polemizava com uma vertente do pensamento burguês que pretendia uma apreensão mais completa da realidade, no final de sua vida, suas polêmicas na imprensa periódica se dão com autores marcados pelo parcelamento abstrato da atividade humana e do pensamento.

Engels se coloca diante desses autores a partir da separação e da oposição entre as esferas do conhecimento e do ser social. Ele destaca as suas diferenças com aqueles que, sob certos aspectos, podem até mesmo ser úteis e que se colocam como influências no movimento socialista. Deste modo, não pode ser compreendido de maneira equivocada por aproximar certas posições de autores que combate. Porém, a unidade desse pensamento, e da própria realidade, talvez apareça de forma muito mais parcelada. Se no *Esboço* é muito difícil saber onde começam e terminam problematizações sobre teologia, direito, política e economia política, o mesmo não se dá com as suas obras do final de sua vida, expressas nos dois outros textos aqui traduzidos.

Isto tem também um sentido dúplice: as intervenções do principal interlocutor de Marx passam a se popularizar em meio ao movimento socialista crescente. Porém, ao mesmo tempo, isto faz que as categorias utilizadas para tratar da realidade efetiva de uma época, por vezes, pareçam colocar-se como símile àquelas da teoria burguesa. Pela leitura conjunta dos textos que aqui disponibilizamos, há a percepção clara de que há ligação íntima na obra engelsiana – e na própria realidade – entre a ascensão da burguesia, a religião e a teologia cristãs modernas e consolidação do estado e do direito da sociedade capitalista. Porém, caso leiamos “*O Livro de apocalipse*” separadamente, isto nem sempre fica claro, assim como não se explicita como é essencial ao cristianismo moderno a renegação do conceito de igualdade que era trazido no cristianismo primitivo. Ou seja, ao polemizar com teóricos que aceitam certa parcialização do conhecimento, Engels parece flertar com esta última, mesmo não o fazendo real e efetivamente.

Olhando sua produção da época, isto é claro. É possível trazer a correlação entre os diversos temas de que o autor trata; porém, ao se olhar cada texto separadamente, corre-se o risco de se apegar a certo parcelamento do conhecimento. Se Engels trata da especificidade de cada campo, ele não os autonomiza; mas sua exposição, mais didática e sistemática, parece dar esta impressão. Se o seu “genial esboço”, como Marx chamou o texto em *O capital*, relaciona a teologia com a economia política e com a dimensão estatal e ideológica, temas teológicos aparecem separados na exposição destas esferas em

“*O Livro de apocalipse*”; o desenvolvimento do comércio, por sua vez, é analisado em “O declínio do feudalismo e a ascensão da burguesia”, ao se considerar as relações imediatas entre as classes sociais diante da determinação econômica, sem que todos os temas do *Esboço para uma crítica da economia política* apareçam correlacionados explicitamente na exposição. Ao contrário de seu texto “de juventude” o posicionamento do autor e sua tomada de partido são muito claras. Mas a ligação orgânica dos temas tratados precisa ser vista com mais cuidado na análise imanente da objetividade do texto. E, assim, é preciso que se olhem os textos engelsianos da década de 1880 em conjunto.

“O declínio do feudalismo e a ascensão da burguesia” e “*O Livro de apocalipse*” (1883) trazem dimensões essenciais da moderna sociedade civil-burguesa: passam pela correlação entre a emergência do comércio, o papel da religião cristã na realidade efetiva e o modo pelo qual as formações ideais possuem uma função ativa nas relações materiais de produção. Ou seja, temas presentes no *Esboço* reaparecem. Porém, com uma exposição bastante diferente, e com uma tentativa de embate com áreas cujo conhecimento se torna cada vez mais autônomo, como a leitura bíblica ou a análise propriamente histórica.

De um lado, em “*O Livro de apocalipse*”, Engels coloca-se a realizar uma crítica histórica da Bíblia, mostrando que, em seu tempo, o cristianismo apoderou-se das massas, tal qual o socialismo moderno em sua época. E, assim, deixa claro que o cristianismo primitivo – com seu universalismo e com sua concepção universal de pessoa – trazia certa oposição aos poderes então existentes. Ou seja, a análise engelsiana da religião, também presente em sua discussão das lutas camponesas da Alemanha, não se atém a mostrar como a religião e a visão de mundo religiosa são incapazes de apreender as determinações da própria realidade. Ele demonstra que, mesmo assim, a máscara, a *persona* religiosa foi essencial para levar até o fim conflitos de classe de diversas épocas. O modo pelo qual isto se dá com a religião expressa de maneira inconsciente a apreensão das determinações da própria realidade; no socialismo moderno, porém, tal apreensão seria consciente. Daí ser preciso enfatizar a necessidade da crítica à religião; ela se apodera das massas, mas gera seitas, ao passo que a organização política do moderno proletariado se opõe fortemente a isto, como demonstra nosso autor em suas diversas críticas aos socialistas utópicos e à filantropia burguesa. Ou seja, o tema, aparentemente livresco, da análise da Bíblia, remete a uma questão essencial à época: a da necessária crítica à religião e das formas de organização espontâneas do proletariado. Se Engels não trata disso explicitamente neste texto, o faz, com referência à questão, no *Anti-Dühring*, por exemplo.

Ou seja, um texto aparentemente muito mais fácil de se ler que o *Esboço para a crítica da economia política* acaba por remeter a um universo categorial tão vasto quanto. Na exposição engelsiana, porém, os temas aparecem com certa separação, buscando tanto um posicionamento certo no debate ideológico quanto uma apresentação mais popular. Em relação a isso, vale voltarmos para os aspectos mais ligados ao conteúdo do texto.

As formas ideológicas, tal qual Marx havia colocado no famoso “Prefácio” de 1859, são também aquelas por meio das quais os homens tomam consciência das contradições sociais e as levam até suas consequências últimas. No caso de “*O Livro de apocalipse*”, Engels trata da Roma antiga e do papel de Nero; porém – não obstante talvez seja possível questionar a leitura de nosso autor sobre este aspecto específico (não entraremos aqui na questão) –, o importante a se perceber é que ele não deixa de criticar a religião em nenhum momento. Mostra como ela pode ser uma potência ativa, com todas as suas limitações, limitações estas que não seriam compartilhadas pelo socialismo moderno, que, em sua apreensão científica da realidade, tomaria as forças imanentes da sociedade como originadas dela própria e como passíveis de resolução efetiva com a superação da moderna sociedade capitalista. O cristianismo, por meio das seitas, teria sido um movimento revolucionário, feito pelas massas. Mas isto seria muito distinto do que ocorre com o moderno socialismo; e, para o tratamento desta questão, é preciso remeter a outros textos. Ou seja, a exposição engelsiana facilita a apreensão do que ele traz, mas dificulta a compreensão da totalidade das relações sociais envolvidas na própria exposição.

Ao tratar desta visão religiosa, ao contrário do que se daria em parte substancial da doutrina da Igreja, Engels diz que a ênfase no pecado original e na queda seriam estranhas ao cristianismo primitivo. Dotado de um tom igualitário e de uma valorização dos homens (os profetas, no caso) que realizariam as tarefas divinas, este estaria muito mais ligado a uma seita que à organização burocratizada da Igreja. Ou seja, na visão engelsiana, a potência social desta forma ideológica está em ela ter se apoderado das massas com uma visão contraditoriamente religiosa e imanente do mundo.

O cristianismo, assim, apareceria como uma seita do judaísmo e como uma visão de mundo centrada no *Livro de apocalipse*, justamente o livro no qual haveria certa oposição ao próprio império romano, escravocrata e governado por Nero. A análise engelsiana é, assim, bastante rica e traz questões muito importantes; porém, há de se notar que o tratamento das relações econômicas é, ao menos, secundário no texto. Sabemos que elas não podem ser desconsideradas; mas a relação imanente entre elas e o tema tratado, por vezes, é eclipsada; a busca pela especificidade de certo objeto não pode nunca obscurecer a sua correlação com o desenvolvimento geral da sociedade e de outros campos e esferas; e Engels sabe disso. Porém, em sua exposição, as coisas são dúbias neste sentido.

Em “O declínio do feudalismo e a ascensão da burguesia” há também questões prementes, e que são tratadas no “genial esboço”. O comércio, por exemplo, bem como sua relação com a burguesia, é analisado com afinco. A correlação entre a acumulação de capital e a emergência das cidades modernas, assim como a emergência da subordinação do campo à cidade, são essenciais à argumentação engelsiana, que traz à tona, de modo mais detido, temas que aparecem já em *A ideologia alemã*, no *Manifesto* e que são retomados por Marx em *O capital*. Segundo o autor, parcela dos habitantes da cidade começa a formar

uma classe contraposta à nobreza, ligada à renda da terra e à propriedade rural. A indústria e os homens de negócio tinham um incremento substancial, ao passo que a nobreza estancava. O caráter burguês da cidadania urbana, assim, ficava claro, destacando-se a correlação entre a emergência da burguesia e a dominação da cidade sobre o campo.

Em meio a isto, Engels destaca também o papel da mediação monetária; o dinheiro, que Marx aponta como um grande *Leveller* em *O capital*, aparece dissolvendo relações feudais. E, assim, percebe-se que um tema muito importante às obras econômicas de Marx também está presente em Engels: a correlação entre a mediação das formas econômicas e a luta de classes; o solo desta última não é, na sociedade capitalista, só o da sociedade civil-burguesa, mas o desta sociedade analisada e compreendida em sua anatomia, que deveria ser encontrada, diz Marx, na crítica da economia política.

Aqui, porém, tem-se algo análogo ao que se deu anteriormente: se no *Esboço* havia, por vezes de modo complexo e de difícil apreensão, a unidade na exposição da crítica da economia política, da religião, da política e do direito, aqui a coisa se dá doutro modo. Engels remete a um tema central, mas, para que a exposição seja facilitada, apenas menciona aspectos essenciais, que vem a desenvolver noutros lugares. Em “O declínio do feudalismo e a ascensão da burguesia” a análise engelsiana, para que se use uma dicção do próprio autor, é muito mais “histórica” que “lógica”. O movimento da burguesia emergente é visto sem que se adentre nos meandros da lógica da anatomia da sociedade civil-burguesa, que nosso autor, como organizador dos livros II e III de *O capital*, conhece consideravelmente. O dinheiro, assim, é visto como um dos fatores que enfraquecem a lógica feudal, bem como os privilégios feudais; mas a ligação orgânica desse tema com a acumulação de capital, com a forma mercantil universalizada, bem como com a consequente consolidação do direito burguês não está em foco no texto citado, mas em outros, como no polêmico *O socialismo jurídico*.

Vê-se, assim, novamente, a necessidade de um tratamento conjunto dos textos engelsianos. O desenvolvimento das nacionalidades em nações e no estado moderno também aparece no texto, em que a aliança do rei com o cidadão burguês é vista como algo a ser mediado por um estrato particular da sociedade, aquele dos juristas. E, com isto, um dos temas essenciais da obra de nosso autor aparece aqui; os juristas, e o direito, teriam um papel ativo, fundamental na consolidação da sociedade capitalista, bem como da burguesia. Como não poderia deixar de ser, o tema é mais complexo do que parece: se nosso autor menciona a correlação existente entre os sacerdotes, os jurisconsultos romanos e os juristas modernos em “O declínio do feudalismo e a ascensão da burguesia”, há de se ter em conta aquilo que ele traz tanto no texto sobre o cristianismo primitivo quanto em “*O Livro de apocalipse*”, em que a religião se apodera das massas com uma concepção universalista e amparada em certa forma de igualdade.

O mesmo se daria com o direito, que traz uma visão universal da noção de pessoa e coloca na igualdade jurídica a igualdade da própria burguesia; daí, em *O*

*socialismo jurídico*, o autor dizer que na sociedade capitalista a visão teológica de mundo é substituída por aquela visão de mundo a se tornar a burguesa clássica, a jurídica. Nota-se, assim, que há uma ligação entre a religião e o direito, os sacerdotes e os juristas, a teologia e a teoria do direito; ao olhar o conjunto dos textos de Engels, isto fica bastante claro. Mesmo que ainda precise ser desenvolvido com mais cuidado tanto em seus textos quanto por seus intérpretes, a unidade na diversidade entre tais aspectos é trazida de modo riquíssimo no autor. Sua exposição, por vezes, não facilita esta conclusão; porém, e talvez por isto, tornam mais acessíveis ao homem comum aspectos essenciais do socialismo moderno. Tal tensão entre a pesquisa e a exposição passa a ser uma constante no pensamento do autor. As traduções que aqui apresentamos são um bom exemplo disto.

Aqui não podemos, nem pretendemos, trazer todos os importantes aspectos que são levantados pelo próprio Engels. Porém, acreditamos ter ressaltado dificuldades conexas, e contrapostas, que aparecem na leitura da obra “juvenil” e “tardia” de nosso autor. Sem que se possa estabelecer qualquer “corte epistemológico” ou qualquer classificação final na obra engelsiana, é possível ver que a unidade e a imanência na exposição do *Esboço* ajudam na compreensão da ligação entre diferentes aspectos da realidade efetiva, mas nem sempre deixam clara a diferença específica da posição engelsiana; nos textos da década de 1880 dá-se o oposto: na medida em que Engels demarca com clareza a sua posição, seu tom polêmico faz que questões essenciais à análise das determinações da moderna sociedade capitalista sejam somente mencionadas, já que teriam sido substancialmente desenvolvidas noutro lugar. A consciência acerca desta tensão entre exposição e pesquisa na obra engelsiana leva à necessidade do estudo de tal autor que, ao mesmo tempo, não pode ser separado de Marx, mas, para o bem e, diriam alguns, para o mal, tem uma estatura e um estatuto próprios.

Como citar:

SARTORI, Vitor B. Apresentação das traduções. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 26, n. 2, pp. 254-62, jul./dez. 2020.



© O(s) Autor(es). 2018 Acesso Aberto Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-~~NãoComercial~~ 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.